



MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL NO ENSINO TÉCNICO: A PERSPECTIVA DE DOCENTES E GESTORES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Maurilio José Pereira¹
Adriana Leônidas de Oliveira²

Resumo

Esta pesquisa aborda o processo de mobilidade acadêmica internacional no ensino técnico, analisando as perspectivas de professores e gestores das instituições públicas pesquisadas. Está estruturada a partir de um estudo documental e pesquisa de campo, com objetivo exploratório e abordagem qualitativa, realizado em duas instituições públicas de ensino técnico na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, nas cidades de Lorena e Cachoeira Paulista. Foram realizadas entrevistas com os docentes e gestores. A amostra compõe-se de 10 participantes, sendo sete professores e três gestores. Os dados foram analisados por meio de técnicas qualitativas do método de análise de conteúdo, com o auxílio do *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Docentes e gestores veem o intercâmbio como uma forma de enriquecimento cultural e aumento da visão de mundo do aluno, além de acreditarem que ele gera uma imagem institucional positiva, destacando a importância do programa como

Recebimento: 1/10/2017 • Aceite: 2/4/2018

¹ Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Professor e Coordenador do Curso Técnico em Administração na ETEC Pe. Carlos Leôncio da Silva, Taubaté - SP, Brasil. E-mail: mauriliopereira@yahoo.com.br

² Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutorado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV. Professora do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Taubaté - SP, Brasil. E-mail: adrianaleonidas@uol.com.br

auxiliar no controle da evasão escolar. Pode-se concluir que a experiência de intercâmbio proporcionada pelas instituições deve ser aprimorada, pois a mobilidade estudantil contribui para o desenvolvimento global do aluno e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional, à medida que colabora para a construção de uma sociedade mais crítica e participante de decisões em seu entorno.

Palavras-chave: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Mobilidade Acadêmica Internacional. Ensino técnico.

INTERNATIONAL ACADEMIC MOBILITY WITHIN TECHNICAL EDUCATION: THE PERSPECTIVE OF TEACHERS AND MANAGERS OF PUBLIC INSTITUTIONS

Abstract

This paper addresses international academic mobility within technical education, analyzing the perspectives of teachers and managers of the institutions surveyed. The survey was carried out with a documentary study and field research, with exploratory objective and qualitative approach, in two technical education public institutions in the metropolitan region of the Paraíba Valley and the North Coast, in the towns of Lorena and Cachoeira Paulista. Interviews were conducted with teachers and administrators. The sample was composed of 10 participants, being seven teachers and three managers. The data were analyzed through qualitative techniques by means of the content analysis method, with the aid of the IRaMuTeQ software (Interface de R pour les Analyses de Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). Teachers and administrators see the exchange program as a way to obtain cultural enrichment and broaden the student's view of the world, in addition to believing that it generates a positive institutional image and highlighting the importance of the program to assist in the control of truancy. It can be concluded that the exchanging experience provided by the institutions must be improved, because the student mobility contributes to their overall development and, consequently, to regional development, as it collaborates to build

a society that is more critical and participant in the decisions taken in their surroundings.

Keywords: Planning. Regional Development. International Academic Mobility. Technical Education.

Introdução

A formação profissional vem passando por transformações, e o surgimento das escolas técnicas proporcionou ao estudante a rápida inserção no mercado de trabalho. Os programas de intercâmbio estudantil, antes adotados somente por instituições de nível superior, vêm sendo praticados também por escolas de ensino técnico. Esses programas são motivados pela aproximação dos participantes com outros países e culturas, contribuindo para a formação de um cidadão capaz não só de construir sua carreira profissional, mas de participar de forma ativa de ações transformadoras do seu entorno e da sua região (DOWBOR, 2009).

As instituições de ensino técnico contribuem para a formação ampla de um cidadão, que implica, além da formação técnica, na utilização de seus conhecimentos para transformar o seu entorno e contribuir para o desenvolvimento de um local, região ou país.

Embora seja uma atividade que vem sendo praticada há pouco tempo, as instituições de nível técnico, cada vez mais, vêm proporcionando a seus alunos a experiência de uma vivência internacional, colaborando para a formação integral do cidadão. Isso faz com que a escola se torne dinâmica e coloque em prática todos os recursos necessários e disponíveis para qualificar o aluno que passa por sua formação (CRUZ, 1999). Espera-se que o participante, ao retornar da experiência, possa construir sua carreira profissional e pessoal utilizando os conhecimentos e experiências adquiridos no exterior.

O intercâmbio estudantil envolve mais do que apenas a viagem ao exterior: envolve impactos culturais e sociais, além da experiência de como se adaptar e se comportar diante de uma situação, muitas vezes, nova para o estudante.

Diante dessa nova realidade enfrentada pelas instituições estudadas e da importância da experiência da vivência internacional, respeitando a diversidade e as realidades locais para proporcionar o diálogo internacional, uma reflexão sobre as perspectivas de docentes e gestores a respeito dessa prática torna-se fundamental.

O objetivo deste artigo é analisar a perspectiva de docentes e gestores de instituições públicas, nas cidades de Cachoeira Paulista e Lorena, ambas localizadas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sobre a importância do processo de mobilidade acadêmica internacional no ensino técnico para a formação global do indivíduo.

Desenvolvimento e Educação

O termo Desenvolvimento possui significados distintos para diferentes áreas do conhecimento e, às vezes, até dentro da mesma área. É o que acontece com as ciências sociais aplicadas quando se trata dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

O crescimento econômico está ligado à expansão da capacidade produtiva de bens e serviços (SACHS, 2008). O autor ainda enfatiza que o crescimento econômico é definido basicamente pelo Produto Interno Bruto (PIB).

Já no que se refere ao desenvolvimento econômico, Sachs (2008) afirma que, apesar do crescimento ser uma condição necessária, ele não é suficiente para se alcançar uma vida melhor, mais feliz e completa para todos.

Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância. (SACHS, 2008, p. 14)

Desenvolvimento também envolve questões estruturais do sistema econômico que o simples crescimento não permite. É necessário investimento com incorporação do progresso técnico, para que o verdadeiro processo de desenvolvimento econômico ocorra (SCHUMPETER, 1934). O autor ainda complementa que um fato nunca é exclusivamente ou puramente econômico; sempre há aspectos mais importantes.

Duarte e Cavalcanti (2016), ao traçarem um comparativo entre o PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na microrregião de Dourados/MS, concluíram que o desenvolvimento dos municípios dessa região, medido pelo IDHM, não teve relação com o seu crescimento econômico no período de 2000 a 2010, pois o quesito educação apresentou níveis abaixo da média nacional, fator determinante para o resultado do IDHM. Segundo os autores, é possível afirmar "não existir, na microrregião estudada, uma relação causal entre crescimento econômico e melhoria das condições de vida das pessoas" (DUARTE; CAVALCANTI, 2016, p. 120).

Sen (2000, p. 17, grifo nosso) defende que o desenvolvimento está diretamente ligado à ideia de liberdade:

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de **educação** e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

Como parte do desenvolvimento, está atrelada a ideia de progresso (FURTADO, 1980; SCHUMPETER, 1934). Furtado (1980) complementa afirmando que o progresso pode ser detectado em três correntes do pensamento europeu. A primeira seria a concepção de história como uma marcha progressiva para o racional; a segunda contempla a acumulação de riqueza e a preocupação com o futuro e a promessa de melhor bem-estar; a terceira insere-se na expansão da influência europeia aos demais povos, considerados “retardados”, e no acesso a uma forma superior de civilização.

O progresso está inscrito no horizonte de possibilidades do homem, e o caminho para alcançá-lo é perceptível com base no sentido comum. Tudo se resume em dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades (FURTADO, 1980, p. 2).

Percebe-se que há uma relação entre as definições de progresso de Furtado (1980) e Schumpeter (1934), e a ideia de desenvolvimento com Liberdade de Sen (2000).

Mendes e Teixeira (2004) enfatizam que as discussões sobre o desenvolvimento têm papel importante na literatura, graças ao modelo de crescimento sofisticado que leva em consideração o progresso (na

concepção de Furtado, 1980) e outras variáveis como educação, capital humano, etc.

É importante enfatizar que o desenvolvimento tem relação direta com a igualdade social entre os povos, e que o contrário, a desigualdade, seja ela econômica ou social, não contribui para que ele aconteça. Mendes e Teixeira (2004, grifo nosso) ainda afirmam que os aspectos das desigualdades regionais existentes no Brasil são as desigualdades econômicas e sociais de produto, renda, emprego, salário, **educação**, saúde, etc.

Para tratar da questão da educação no Brasil, vale enfatizar que a Constituição da República Federativa do Brasil objetiva garantir o acesso de todos, independentemente de condições socioeconômicas.

Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988)

A educação tem papel fundamental no desenvolvimento econômico de uma região, e a Constituição prevê o acesso e a permanência a ela com igualdade de condições. Na prática, a permanência pode não prevalecer devido à necessidade, principalmente das famílias mais pobres, de o jovem trabalhar para sustentar ou auxiliar no sustento da família.

A educação também participa da formação de trabalhadores para o sistema produtivo, seja nas atividades mais simples, como operação de máquinas, seja em atividades mais complexas, como o gerenciamento de projetos e reflexão sobre estratégias do melhor uso dos recursos. Trazendo à luz o conceito de desenvolvimento proposto por Furtado (1980) e a ideia de desenvolvimento com liberdade

defendida por Sen (2000), vale dizer que a educação é importante para a formação do intelecto do indivíduo, fazendo-o refletir a respeito de sua própria condição e almejando um futuro melhor para si e seus familiares.

A educação deve servir para fortalecer a mão de obra, dar voz ativa a todos os indivíduos e proporcionar igualdade ou menor desigualdade de renda, salário, emprego, saúde e educação, favorecendo o desenvolvimento econômico, em seu significado mais amplo.

A ideia de educação está vinculada à compreensão e à necessidade de formar pessoas que possam participar de forma ativa das ações capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Para a existência de uma cidadania ativa, deve haver, desde cedo, uma cidadania informada. A educação deve dar ao cidadão conhecimentos necessários, não para escapar, mas para ajudar a transformar a sua região (DOWBOR, 2009).

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996), em seu artigo primeiro, dispõe:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Esse artigo da LDB enfatiza que a educação é muito mais do que, simplesmente, formar mão de obra para empresas capitalistas.

Dowbor (2009), ao tratar do desenvolvimento local para relacioná-lo posteriormente à educação, menciona que a globalização é um fato indiscutível, ligado às transformações tecnológicas e à concentração mundial do poder econômico, mas nem tudo, ainda, foi globalizado. Ele afirma que, quando se depara com dinâmicas simples, como um bairro e a qualidade do seu asfaltamento, do sistema de drenagem, da infraestrutura, a sociedade se encontra diante de um problema local. Este problema local é exemplificado com uma ação de política pública municipal relacionada à educação.

Este raciocínio pode ser estendido a inúmeras iniciativas, [...], como, por exemplo, a decisão de Belo Horizonte de tirar os contratos da merenda escolar da mão de grandes intermediários, contratando grupos locais de

agricultura familiar para abastecer as escolas, o que dinamizou o emprego e o fluxo econômico da cidade, além de melhorar sensivelmente a qualidade da comida – foram incluídas cláusulas sobre agrotóxicos – e de promover a construção da [sic] capital social (DOWBOR, 2009, p. 23).

O exemplo deixa claro que iniciativas locais, promovidas por agentes locais, podem contribuir com o desenvolvimento, reforçando a ideia de Bruno (2011), quando destaca que a formação do trabalhador precisa acompanhar inovações, a fim de que este possa trabalhar eficazmente com ela, e a ideia de Dowbor (2009), quando observa que a educação está vinculada à compreensão e à necessidade de formar pessoas que possam participar de forma ativa das ações capazes de transformar o seu entorno.

É evidente que a educação contribui com o desenvolvimento regional, desde a fase infantil até os grandes centros de pesquisas, com a formação de mestres e doutores. Muito além da experiência de dominar outro idioma, a mobilidade proporciona o desenvolvimento da competência intercultural.

Competência Intercultural

A Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), traz em seu preâmbulo:

[...] que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas (UNESCO, 2002).

A convivência com pessoas de um país diferente, com costumes diversos, permite ao participante a absorção da cultura do país de destino e a exposição de sua própria cultura e costumes, estabelecendo e possibilitando a convivência com uma diversidade cultural com os nativos da região e com os colegas com os quais estuda, que também trazem consigo um pouco de sua cultura.

Segundo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, a diversidade cultural é um fator de desenvolvimento:

Artigo 3 – A diversidade cultural, fator de desenvolvimento. A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória (UNESCO, 2002).

Para Silveira (2008, p. 71):

A educação intercultural defende a formação de um cidadão que compreenda e respeite as diferentes culturas da sociedade, bem como o aumento da capacidade de comunicação e interação entre pessoas de culturas diferentes, e estimula atitudes favoráveis à diversidade cultural.

Os valores socioculturais incidem sobre o desenvolvimento das pessoas, e a educação, como formadora de membros de uma sociedade, deve se atentar para os elementos culturais de cada indivíduo, proporcionando-lhes possibilidades que favoreçam e respeitem o desenvolvimento de cada um (BLANCO, 2003).

O intercâmbio estudantil contribui para uma educação intercultural, pois os participantes mudam durante e/ou depois da experiência internacional. Essa mudança faz com que os mesmos adotem valores e atitudes que facilitam a convivência com a diversidade cultural, com respeito e admiração ao próximo (SILVEIRA, 2008).

As diferenças culturais e o seu conhecimento permitem uma melhor adaptação no mercado de trabalho globalizado, uma vez que as empresas multinacionais negociam seus produtos e serviços no mundo todo. Isso possibilita ao profissional um melhor conhecimento sobre as possíveis formas de condução da negociação com o cliente ou fornecedor estrangeiro, pois pequenas diferenças culturais fazem uma grande diferença na relação com os parceiros profissionais.

Freitas (2009, p. 92) é categórica ao afirmar que a mobilidade já é uma necessidade sócio-organizacional e que compreender a diversidade do mundo pode ser um desejo para um indivíduo, mas é claramente uma necessidade para as empresas que atuam em um mercado global. A autora ainda afirma que “[...] tratar a mobilidade

apenas como uma aspiração do indivíduo é uma ideologia que mascara os objetivos das organizações e repassa apenas ao indivíduo o ônus e responsabilidade desta escolha”.

Com a afirmação de Freitas (2009), nota-se o quanto a internacionalização da educação, seja por meio da mobilidade acadêmica ou por intercâmbio de tecnologias, equipamentos e profissionais, faz-se necessária para que haja, de fato, uma cooperação internacional e desenvolva, tanto nas organizações quanto nos profissionais, a competência intercultural.

Freitas (2008, p. 83) afirma que indivíduos, organizações e sociedade são partes indissociáveis na constituição de um novo cenário no qual a mobilidade é um valor-chave na situação intercultural que engloba a todos. A mobilidade é "o duplo da interculturalidade".

Santos *et al.* (2014, p. 724) mencionam que, se por um lado, o investimento em capital humano é importante para a melhoria da qualificação profissional que os participantes buscam no exterior, por outro lado, a experiência é "impactante na formação pessoal do estudante na medida de sua percepção, concepção e compreensão dos aspectos culturais nas relações e interações interculturais".

Oliveira e Freitas (2016) afirmam que a experiência de mobilidade é importante para o desenvolvimento pessoal e intercultural do indivíduo, e que essa experiência é aspecto central para a formação global e desenvolvimento do capital de mobilidade.

Os aspectos teóricos desta pesquisa demonstram como a mobilidade acadêmica, promovida por meio dos intercâmbios estudantis ou mobilidade de pessoas, tem importância tanto para a formação do indivíduo global, quanto para as organizações empresariais. As instituições de ensino que praticam ou favorecem a prática da mobilidade também se beneficiam pelas cooperações internacionais de pesquisas e parcerias.

Após a apresentação do referencial teórico que subsidia a pesquisa, a mesma segue detalhada a partir do próximo capítulo.

Método

Para a realização do presente estudo, foi feita uma pesquisa documental, conforme Severino (2007); de campo, conforme Marconi e Lakatos (2003), com objetivo exploratório e abordagem qualitativa, conforme Oliveira (2007).

Foram entrevistados professores e gestores das instituições pesquisadas. Os professores foram escolhidos por meio de amostra intencional, que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 98-99), é

“aquela que consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”.

Foram entrevistados três gestores, o responsável pelo projeto de Intercâmbio Cultural na autarquia estadual, responsável pelas instituições pesquisadas, e os responsáveis pelas unidades das cidades pesquisadas. Os gestores foram identificados por G1, G2 e G3.

O número total de docentes, em 2015, das unidades estudadas somava 83. Para fins de população desta pesquisa, foram excluídos os docentes afastados para ocupar cargos administrativos que não contemplam atividades diretamente envolvidas com alunos, bem como os docentes que estavam afastados de seus postos de trabalho e os professores com contrato de prazo determinado, resultando em uma população de 66 docentes. Foram entrevistados sete docentes (D1, D2, ..., D7), que compuseram uma amostra por acessibilidade e por saturação teórica. Oliveira (2007) explica que, ao adotar esse critério, busca-se coletar dados até que cada categoria construída esteja suficientemente representada, descrita e compreendida, ou seja, saturada. Isso significa especialmente que nenhum dado novo ou relevante parece emergir com relação a cada categoria.

A autora ainda complementa que o número de participantes depende da qualidade e das informações e profundidade de cada depoimento. Enquanto estiverem aparecendo dados que indiquem novas perspectivas, deve-se continuar o processo de coleta de dados.

Foram utilizados documentos institucionais e entrevistas semiestruturadas, que tem como foco um assunto sobre o qual são elaboradas perguntas principais, que poderão ser complementadas no decorrer da entrevista, possibilitando a coleta de informações de forma mais livre, em que as respostas não seguirão um padrão de alternativas (MANZINI, 2004).

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e aprovada sob o número 1.545.335. As entrevistas foram realizadas mediante autorização por escrito, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram analisadas por meio de análise qualitativa de conteúdo. A análise qualitativa de conteúdo deste estudo passou por três fases, de acordo com Bardin (1977) e Richardson (2012): pré-análise, categorização e interpretação. Foram analisadas com o auxílio do *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) 0.7 Alpha 2, que efetua uma análise de dados do material verbal transcrito, por meio de corpus textual. O corpus é construído pelo pesquisador e é o conjunto

de textos que se pretende avaliar. Nesta pesquisa, os textos compõem-se de cada uma das entrevistas analisadas e o corpus é o conjunto dessas entrevistas, organizadas para a análise do *software*. O programa faz uma avaliação geral do corpus e divide seu conteúdo em segmentos de textos (ST). Os ST são os contextos em que as palavras aparecem no corpus e são construídos automaticamente pelo IRaMuTeQ (CAMARGO; JUSTO, 2016).

Utilizou-se o Método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que classifica os segmentos de texto (ST) em função dos seus respectivos vocabulários. Essa análise objetiva a obtenção de classes de ST que, "ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos das outras classes". A partir disso, o *software* organiza a análise dos dados em um dendograma, que ilustra as relações entre as classes (CAMARGO; JUSTO, 2016, p. 10).

Resultados e discussão

O intercâmbio estudantil nas instituições estudadas é uma prática recente, conforme mencionado na introdução deste trabalho. O programa teve início em 2011 e é denominado "Intercâmbio Cultural". Já contemplou mais de 3.000 alunos e professores com a concessão de bolsas de estudo de inglês e espanhol, com duração de um mês.

Os alunos são acomodados em casa de família, quarto individual, com a preocupação e respeito à convivência entre nacionalidades diferentes. Têm direito à meia pensão (café da manhã e jantar) durante a estadia e possibilidade de pensão completa aos finais de semana, dependendo da rotina familiar. Vale destacar que o Intercâmbio Cultural promovido pelas instituições pesquisadas oferece uma ajuda de custo de \$ 400,00 dólares americanos, dólares neozelandeses ou libras esterlinas, conforme o país de destino, que serão depositados em cartão de viagem. Ainda segundo os ofícios, o aluno também recebe o transporte aéreo, por meio de passagens em classe econômica, priorizando o menor número de conexões possíveis, os traslados do aeroporto até a casa de família e da casa de família até o aeroporto, no final da participação do aluno, e o transporte nos países, por meio de ônibus, metrô e demais meios de transporte no trajeto casa de família-escola-casa de família, além do seguro saúde, disponível para todos os intercambistas.

Análise das entrevistas: a visão dos docentes e gestores

Os docentes e gestores entrevistados estão caracterizados no Quadro 1.

Quadro 1: Caracterização dos participantes

		Docentes	Gestores
Total		7	3
Sexo	Masculino	4	2
	Feminino	3	1
Formação Acadêmica	Graduação	2	1
	Especialização	4	2
	Mestrado	1	-
Tempo de docência/atuação na instituição	Até 5 anos	2	-
	De 5 a 10 anos	5	1
	Mais de 10 anos	-	2
Exerce atividade remunerada fora da docência	Sim	2	-
	Não	5	-

Fonte: Dados das entrevistas. Elaborado pelos autores.

As principais características do corpus dos docentes e gestores analisados pelo *software* foram:

- Número de textos = 10 (o *software* reconhece a separação do corpus em 10 unidades de texto iniciais, que são 7 entrevistas realizadas com os docentes e 3 entrevistas realizadas com os gestores)
- Número de segmentos de textos (ST) = 591
- Número de formas distintas = 2.500
- Número de ocorrências = 20.295
- Número de formas ativas: 1.394
- Número de classes = 5
- Retenção de segmentos de texto: 531 segmentos classificados em 591 (89,85%)

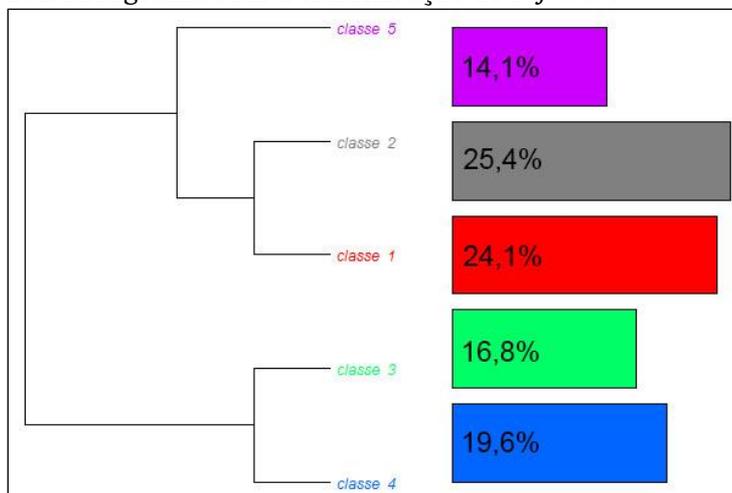
A retenção de segmentos de texto (ST) de mais de 89% torna o corpus pertinente para a análise de CHD, de acordo com Camargo e Justo (2016), que afirmam que, para que se tenha um corpus adequado para esse tipo de análise, é necessária uma retenção mínima de 75% dos ST.

Inicialmente, o resultado da análise pelo *software* exibiu o resultado apresentado na Figura 1.

A análise do corpus dos docentes e gestores foi dividida em cinco classes, que serão apresentadas a seguir. A classe 1 recebeu o nome **Benefícios do intercâmbio para a instituição** e foi composta por 24,1% dos ST; a classe 2 foi descartada; a classe 3, **Benefícios do intercâmbio para o aluno**, por 16,8%; a classe 4, **O processo de internacionalização no ensino técnico**, por 19,6%; e a classe 5, denominada **O processo de seleção dos alunos**, foi composta por 14,1%.

A classe 2 foi descartada por retornar ST que remetem à formação e experiência profissional dos docentes e gestores entrevistados. Essas informações foram abordadas e caracterizadas no Quadro 1.

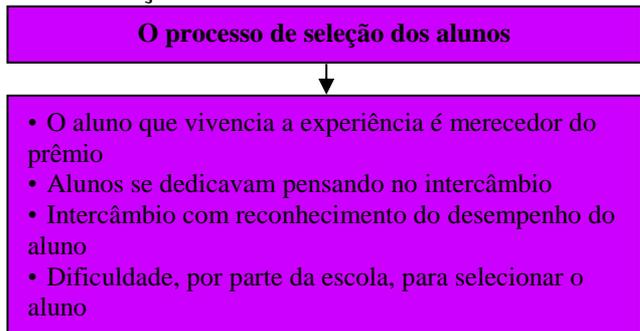
Figura 1: Dendograma com a classificação do *software*



Fonte: elaborada pelos autores, com auxílio do IRaMuTeQ

O *software* numerou as classes de 1 a 5, no entanto, elas serão apresentadas em ordem de acontecimentos cronológicos que ocorrem durante a experiência internacional, para o aluno e para as instituições, a saber: O processo de seleção dos alunos, Benefícios do intercâmbio para o aluno, Benefícios do intercâmbio para a instituição, O processo de internacionalização no ensino técnico.

A classe O processo de seleção dos alunos, observada na Figura 2, representa o comportamento dos alunos para que pudessem participar da experiência internacional.

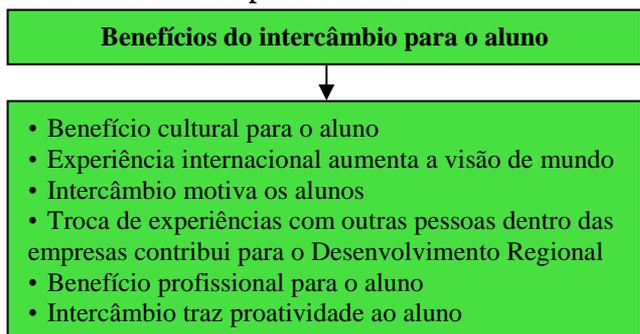
Figura 2: Classe: O processo de seleção dos alunos

Fonte: Elaborada pelos autores

Os docentes reconhecem que o intercâmbio contempla os melhores alunos e que, devido aos critérios de seleção, os alunos são merecedores do prêmio, seja porque iniciaram o curso já pensando no intercâmbio e se dedicaram a isso, ou porque, independentemente do intercâmbio, desempenharam as atividades acadêmicas da melhor maneira possível. A docente D5 ressaltou que o critério de escolha reforça a ideia de que *"Eu sou merecedora, então, vale a pena lutar!"* (D5, atua nas duas instituições, seis anos na instituição).

Após o processo de seleção e participação do aluno intercambista, os docentes e gestores identificaram alguns benefícios do intercâmbio para o aluno.

A classe Benefícios do intercâmbio para o aluno apresenta a visão de docentes e gestores sobre esses benefícios e está representada na Figura 3.

Figura 3: Classe: Benefícios do intercâmbio para o aluno

Fonte: Elaborada pelos autores

Os benefícios culturais, profissionais e a ampliação da visão de mundo foi unanimidade entre todos os entrevistados. Alguns relatam os benefícios culturais, outros relatam os benefícios profissionais, mas a docente D7 conseguiu sintetizar os benefícios pessoais, profissionais, aumento da visão de mundo e proatividade de forma esclarecedora:

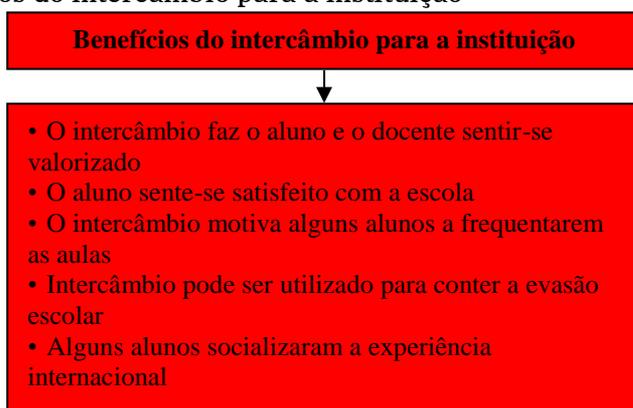
"Acredito que uma... uma vivência prática, porque ele não tem outra opção, ele vai ter que se... ele vai ter que mergulhar no... no mundo que não é o que ele já vivia e teve que sair do comodismo dele e, querendo ou não, ele se torna... proativo, ele tem iniciativas não necessariamente assim... claro, o conhecimento ele vai adquirir, vai aprender... um algo a mais, mas por outro lado... eu acredito que essa... essa vivência com pessoas diferentes, com uma língua diferente, com um local diferente torna esse cidadão... um profissional com iniciativa, enfim... muitas coisas que ele teria que... muitas habilidades que ele iria aprender somente no estágio ou no mercado de trabalho... com a experiência do intercâmbio ele já vai ter que praticar, a comunicação, por exemplo, é... no caso não ter vergonha de... de... ter iniciativa, ter ações com pessoas desconhecidas é... saber resolver problemas que... com certeza em algum momento possa surgir e não vai ter outra pessoa pra ajudá-lo, no caso... no intercâmbio, então eu acredito que essa... a vivência também seja uma experiência positiva que ele vai ganhar sem estar trabalhando ou fazendo estágio, enfim..." (D7, Cachoeira Paulista, cinco anos na instituição).

Observa-se nas falas dos docentes e gestores a afirmação de Neves e Norte (2009, p. 4), quando dizem que há interesses particulares e que tais interesses convergem para a busca de parcerias de mobilidade acadêmica internacional. Nesse caso, o investimento da instituição mantenedora busca proporcionar aos alunos participantes a experiência internacional. Esses interesses são "[...] experiência cultural, proficiência em língua estrangeira, melhores chances no mundo produtivo, na carreira, melhores salários [...]". Os interesses

apontados por Neves e Norte foram claramente percebidos pelos docentes e gestores entrevistados, como pode ser observado.

A classe Benefícios do intercâmbio para a instituição, ilustrada pela Figura 4, representa os benefícios que o intercâmbio proporciona à instituição, identificados por docentes e gestores.

Figura 4: Classe: Benefícios do intercâmbio para a instituição



Fonte: Elaborada pelos autores

O docente D2, por exemplo, acredita que "*gera sempre questão positiva, seja de motivação [para os alunos], seja de novos métodos [para os docentes]*" (D2, atua nas duas instituições, nove anos na instituição). Os docentes D3 e D4 também relataram a questão motivacional, sendo que D3 destacou a imagem institucional.

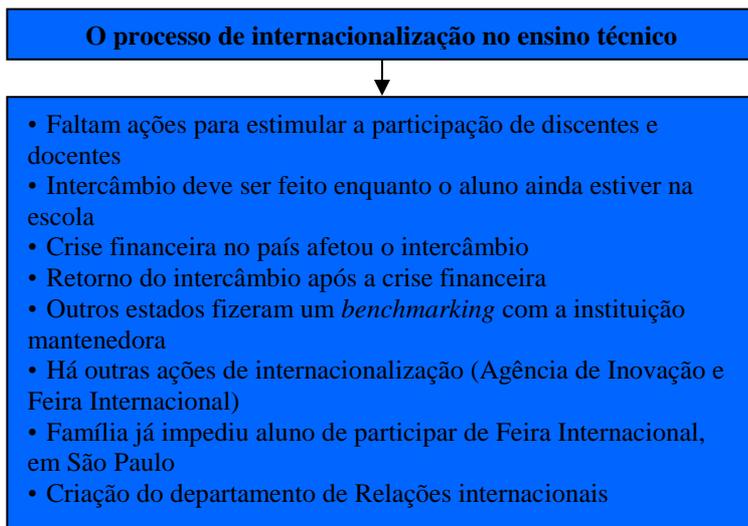
Motivando os alunos a frequentarem as aulas, gestores e docentes também utilizavam da oportunidade como uma das alternativas para controlar a evasão escolar, tanto que os gestores mencionavam isso no primeiro dia letivo, na aula inaugural. O gestor G1 confirmou essa posição: "*A gente sabia que elas [as escolas] usavam isso como ferramenta pra segurar o aluno*" (G1, instituição mantenedora, 14 anos na instituição).

Autores como Coelho (2008) e Frigotto (1998) mencionam a importância de se construir uma educação profissional com o propósito de aumento da produtividade industrial para a qualidade de vida da população em geral, centrada no desenvolvimento das múltiplas dimensões da vida humana. Os benefícios da mobilidade internacional para o aluno, contribui para que o elemento humano, cidadão transformador da região em que está inserido, seja realizado, uma vez

que "é fundamental que a escola profissionalizante seja algo dinâmico, isto é, interprete o contexto empresarial e coloque em prática todos os recursos necessários para qualificar o indivíduo que passa por sua formação" (CRUZ, 1999, p. 42-43).

A classe O processo de internacionalização no ensino técnico, apresentada na Figura 24, demonstra como as instituições de ensino técnico estão trabalhando com a questão de internacionalização nesse nível de ensino.

Figura 5: Classe: O processo de internacionalização no ensino técnico



Fonte: Elaborada pelos autores

Após o embarque dos primeiros alunos, docentes e gestores concordaram que, apesar de a instituição comunicar a todos sobre a possibilidade de intercâmbio já no primeiro dia ou primeira semana de aula, ainda faltam ações sistematizadas para estimular a participação de seus alunos e professores. O docente D5 deixou isso bem claro. O gestor G2 concorda com D5; no entanto, afirmou que esse assunto, apesar de não ter ação sistematizada, sempre é abordado em alguns momentos, como na reunião de Conselho Intermediário, em que apresentados aos alunos os resultados de aproveitamentos dos mesmos em todas as disciplinas do curso.

Para G1, a questão da socialização do aluno intercambista com os outros alunos da instituição seria facilitada se o mês de experiência internacional do aluno fosse durante o curso, e não ao final. O Gestor

ainda afirma que isso já ocorria com o programa de mobilidade acadêmica internacional Ciência sem Fronteiras (CsF).

A crise política e financeira enfrentada pelo Brasil nos últimos cinco anos dificultou a continuidade do programa de intercâmbio nas instituições pesquisadas, como informado por todos os docentes e gestores entrevistados. O CsF também teve suas concessões de bolsas finalizadas, de acordo com o Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes (2016).

Apesar das notícias atuais de interrupção do programa de intercâmbio das instituições estudadas, docentes e gestores creem na volta do intercâmbio após o período de crise financeira, exceto o gestor G1, que acredita que o programa só volte com intervenções do governo federal: "[...] o último projeto que teve ainda de intercâmbio foi o de espanhol, porque a licitação atrasou. [...] Eu acredito que, se voltar, vai voltar pelo governo federal" (G1, instituição mantenedora, 14 anos na instituição).

Evidencia-se que, muito mais do que uma cooperação internacional, é preciso de uma cooperação nacional, com parcerias entre os governos municipais, estaduais e federal para que as atividades de internacionalização sejam plenamente realizadas.

Enquanto o intercâmbio contribuiu para a frequência e dedicação de alguns alunos, sua suspensão desmotivou outros, conforme observou o docente D2.

Embora o programa de mobilidade acadêmica internacional esteja suspenso, é importante ressaltar que a mobilidade de pessoas é apenas uma das formas de internacionalização da educação, conforme apontado por Lima e Contel (2011). Dentre as ações de internacionalização nas instituições de ensino técnico pesquisadas, somente os docentes D6 e D7, e os gestores G1 e G2, souberam responder às outras ações de internacionalização existentes na instituição: uma agência de inovação e uma feira tecnológica em que os alunos das instituições podem inscrever projetos para apresentação, e há também projetos de instituições internacionais. O docente D6 relatou a participação de países da América do Sul, e o gestor G1 mencionou que, dos países estrangeiros, os projetos que mais se destacam são os da Polônia.

O Gestor G2 relatou a criação de uma Agência de Relações Internacionais, que por meio do Edital nº 004/2016, abriu um processo seletivo de docente (s) para atuar (em) nessa área na instituição mantenedora.

Todo o processo de internacionalização do ensino, incluindo o intercâmbio para os alunos e também para os docentes, contribuirá

para o fortalecimento da imagem da instituição. Contudo, o gestor G2 mencionou que, com relação a esse assunto, ainda há falta de preparo por parte de toda a escola.

As atividades praticadas pelas instituições pesquisadas vão ao encontro do que dizem Gazzola e Almeida (2006), que entendem que a internacionalização engloba uma série de atividades, entre as quais estão a mobilidade discente e docente e o estabelecimento de espaços universitários regionais capazes de promover o diálogo intercontinental.

Apesar dos trabalhos de Freitas (2009) e Gazzola e Almeida (2006) tratarem de internacionalização do ensino superior, seus conteúdos podem ser adaptados ou até mesmo aplicados no ensino técnico, uma vez que ainda não há material suficiente sobre a internacionalização do ensino técnico.

Apesar de todos os desafios enfrentados, o programa de mobilidade acadêmica internacional realizado pelas instituições pesquisadas lhes trouxe reconhecimento, e se a universidade caminha para o primeiro milênio, como afirma Gazzola (2006), o ensino técnico caminha, talvez, para a segunda década. É natural que haja desafios a serem vencidos, no entanto, é preciso começar para que as ações de melhoria possam ser identificadas.

Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a perspectiva de docentes e gestores de instituições públicas, nas cidades de Cachoeira Paulista e Lorena, ambas localizadas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sobre a importância do processo de mobilidade acadêmica internacional no ensino técnico para a formação global do indivíduo.

Evidenciou-se a necessidade e o desafio de proporcionar a oportunidade para que os alunos intercambistas socializem a experiência vivenciada de forma sistematizada, o que, segundo alguns docentes e gestores pesquisados, fortaleceria a imagem institucional, tornando-a visível para toda a população municipal e regional como fonte de oportunidade de vivência internacional.

Além da mobilidade de pessoas, há outras atividades de internacionalização que também são desenvolvidas: uma agência de inovação e uma feira internacional, onde são apresentados projetos das instituições pesquisadas e de outras, sendo algumas internacionais.

Nesse quesito, professores e gestores veem as ações como um importante passo para a visibilidade da instituição, que teve, inclusive,

um projeto desenvolvido por um aluno de Cachoeira Paulista na feira internacional que ganhou visibilidade, foi apresentado no sul do país e, posteriormente, no México. Para essa experiência, o aluno também contou com a ajuda financeira de alguns professores. Eles ressaltam que, no caso do intercâmbio, a dedicação dos discentes para concorrer à oportunidade já se torna um ganho para a instituição, uma vez que alguns desenvolvem suas atividades acadêmicas pensando nessa possibilidade. Já para o aluno que vai ao exterior participar de um intercâmbio, proporciona a construção do conhecimento que o torna um cidadão global, intercultural, capaz de criar expectativas antes nunca pensadas.

Apesar de estar em seu processo inicial, a mobilidade acadêmica internacional no ensino técnico é visto como promissora por docentes e gestores, que acreditam que, após a superação da crise que o país viveu em 2015 e 2016, a mesma terá continuidade, pois a instituição mantenedora criou um departamento específico na autarquia para tratar de relações internacionais. Embora o programa mobilidade de pessoas esteja suspenso no momento, as outras ações de internacionalização citadas continuam sendo executadas.

A pesquisa identificou algumas lacunas no processo de internacionalização que podem servir como aprimoramento à mobilidade acadêmica internacional do ensino técnico. Entre elas destacam-se:

- Preparação do aluno para a viagem, não somente pela instituição mantenedora, mas também pela unidade de ensino em que ele se formou, com orientações sobre a inscrição, a documentação e aspectos culturais do país a ser visitado. Este último item foi mencionado por um dos gestores, mas não foi feito com todos os alunos. Portanto, essa sugestão fica mais como uma forma de sistematizar tal procedimento.

- Orientação ao aluno sobre as possibilidades de aproveitamento da experiência e disseminação a todos, principalmente à comunidade escolar. Conforme relatado por docentes e gestores, tal fato é dificultado em razão de o aluno ser egresso. No entanto, um gestor citou a tentativa de proporcionar a experiência do intercâmbio ao aluno enquanto ele ainda possui vínculo com a instituição. Como ainda não há informações sobre as diretrizes da volta do programa, essa seria uma importante pauta a ser estudada pelos gestores e governo estadual.

- Como mencionado por um gestor, é necessário incentivar os docentes da instituição, não só para vivenciarem uma experiência internacional, mas também para multiplicarem o incentivo

aos alunos e outros docentes, orientando-os sobre todas as possibilidades, viabilidades e o processo de internacionalização do ensino técnico. Esse incentivo poderia ser feito por meio de um treinamento específico para um ou mais docentes, que seriam os multiplicadores nas instituições de ensino, organizando palestras ou outras ações de incentivo a docentes e discentes.

Este trabalho identificou que a instituição também oferece oportunidade de intercâmbio ao seu corpo docente e, como esse tema não foi objetivo desta pesquisa, fica como sugestão para estudos futuros a análise do processo de mobilidade acadêmica internacional de docentes no ensino técnico. Identificou-se também a criação de um departamento de relações internacionais na instituição mantenedora e como a cooperação internacional entre instituições de ensino é relevante para o processo de internacionalização do ensino técnico. Dessa forma, sugere-se um estudo sobre a atuação e as atividades desenvolvidas por esse departamento.

A mobilidade acadêmica internacional contribui para a compreensão da diversidade e interculturalidade, favorecendo o desenvolvimento da região em que o cidadão está inserido.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BLANCO, M. A. B. La educación intercultural como respuesta educativa a la diversidad. **Educación y Futuro**, Madrid, n. 8, p. 41-50, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRUNO, L. Educação e Desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 545-562, set-dez. 2011.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do Software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multimensionnelles de Textes et de Questionnaires)**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: < <http://www.iramuteq.org/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

COELHO, M. I. de M.. Identidades e formação nos percursos de vida de jovens e adultos trabalhadores: desafios ao Proeja. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 83-97, jun. 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Capes. Ministério da Educação. **Programa Ciência sem Fronteiras terá novo foco**. Nota oficial. 2016. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

CRUZ, P. N. da. A importância do ensino profissionalizante face ao processo de industrialização de Juiz de Fora. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 40-50, jan-mar. 1999.

DOWBOR, L. Educação e Desenvolvimento Local. *In*: MAFRA, Jason (Org.). **Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: Editora Esfera, 2009.

DUARTE, V. N.; CAVALCANTI, K. A. Produto Interno Bruto (PIB) versus Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na Microrregião de Dourados/MS. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas/SC, v. 6, n. 1, p. 120-135, jan-jul. 2016.

FREITAS, M. E. de. O imperativo intercultural na vida e na gestão contemporânea. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 79-89, abr.-jun. 2008.

FREITAS, M. E. de. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamos nômades? *In*: BARBOSA, L. **Cultura e diferença nas organizações: reflexões sobre nós e os outros**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRIGOTTO, G. A política de formação técnico-profissional, globalização excludente e o desemprego estrutural. *In*: **21ª Reunião Anual da Anped**, 1998.

FURTADO, C.. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional: 1980.

GAZZOLA, A. L. A.; ALMEIDA, S. R. G. **Universidade: cooperação internacional e diversidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GAZZOLA, A. L.. Conhecimento e Globalização. *In*: GAZZOLA, A. L. A.; ALMEIDA, S. R. G. **Universidade: cooperação internacional e diversidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetos e de roteiros. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS*, 2., 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. *Anais...* Bauru: USC, 2004. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. **Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado**. *In: Texto para discussão nº 1051*. Brasília, IPEA. Outubro de 2004.

NEVES, A. M. C. das, NORTE, A. L. Internacionalização e mobilidade acadêmica: princípios e ações para o sucesso de uma parceria de intercâmbio acadêmico. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL*, 9., 2009, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis, UFSC, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/25885/recent-submissions>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

OLIVEIRA, A. L. de. Comportamento Organizacional e Pesquisa Qualitativa: Algumas Reflexões Metodológicas. *In: CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Gestão e comportamento humano nas organizações*. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

OLIVEIRA, A. L. de; FREITAS, M. E. de. Motivations for international academic mobility: the perspective of university students and professors. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 217-246, Sep. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, M. C. E. M.; SANTOS, P. C. M. de A.; ACIOLY-RÉGNIER, N. M.; RÉGNIER, J. Motivações e competência interculturais para a mobilidade acadêmica França-Brasil: o caso de estudantes da Universidade Lumière e Lyon 2. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 723-444, Especial ASI, 2014.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**: an Inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1934.

SILVEIRA, E. da S. **A contribuição de um projeto escolar para a educação intercultural**: o "intercâmbio internacional estudantil delta do Jacuí / Brasil e Mostazal / Chile". 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. Paris, 2002.

Disponível

em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>.

Acesso em: 23 abr. 2016.